

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



ARTES

VOLUME 32, 2011

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Fernando Catroga e Pedro Tavares de Almeida (coords.) - *Res Publica - Cidadania e Representação Política em Portugal, 1820-1926*, Lisboa, Assembleia da República-Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, 335 pp.

A comemoração do centenário da República foi objecto das mais diversas iniciativas e realizações, algumas das quais extremamente apelativas, bem concebidas e dignas de nota e aplauso. Exposições, coloquios, evocações, cerimónias de aparato, por todo o país se assistiu, com maior ou menor realce, a actos que celebraram a centúria do regime instituído em 1910. Dezenas de livros foram publicados, revestindo-se de particular interesse algumas monografias de âmbito local, geralmente editadas sob a égide de câmaras municipais, que resgataram do esquecimento figuras ou factos menos conhecidos da nossa História recente ou trouxeram a público documentação inédita. Infelizmente, não foi feito - pelo menos, por ora - um inventário do muito que se publicou por ocasião deste centenário, actualizando o utilíssimo "Guia" de Oliveira Marques, o que bem teria valido a pena, já que vieram a lume obras de grande interesse, se descontarmos a vaga avassaladora dos livros "oportunistas" de ocasião, obras de valor efémero que encheram os escaparates das livrarias e que, de um modo geral, são destituídos de méritos científicos, já que, não raras vezes, foram incapazes de ultrapassar o registo polemizante que ainda hoje caracteriza muitos dos olhares que são lançados sobre o turbulento período que vai de 5 de Outubro de 1910 a 28 de Maio de 1926.

A obra *Res Publica - Cidadania e Representação Política em Portugal, 1820-1926*, coordenada por Fernando Catroga e Pedro Tavares de Almeida, pode ser considerada, a justo título, como das melhores que em 2010 foram publicadas. Provavelmente, a melhor - o que não deixa de constituir um notável feito, já que, como se disse, muito foi editado, por vezes sem outro critério que não fosse o do sucesso comercial imediato. Este livro situa-se nos antípodas dessa preocupação. Desde logo, porque se configura como uma obra de cariz "institucional" - sem que, todavia, possua o formato, tantas vezes vazio de conteúdo ou meramente apologético, que marca os textos dessa natureza. Por outro lado, porque, a par dessa raiz "institucional", existiu a preocupação de produzir textos de grande qualidade, profundidade e rigor. O livro teve como pretexto próximo uma exposição patente em dois polos - a Assembleia da República e a Biblioteca Nacional de Portugal -, mas de modo algum pode considerar-se um "catálogo", no sentido em que não procura percorrer o itinerário dessa mostra ou cingir-se a uma descrição das peças nela exibidas. A exposição a que se fez referência constituiu, tão-só, um "pretexto" para o presente livro. Ou, melhor dizendo, um "pré-texto", intróito de uma obra colectiva que

se caracteriza pela densidade e profundidade dos contributos que nele se contêm.

Merece igualmente destaque a originalidade da abordagem proposta. Nela se intui que, muito para lá de uma celebração da República, os coordenadores tiveram em mente um propósito mais vasto - ou, pelo menos, bastante distinto. Como fio condutor dos diversos artigos encontramos um "programa", uma "perspectiva", que se entrevê nos dois tópicos anunciados no subtítulo: cidadania e representação política. É em torno destes conceitos que toda a obra se articula e desenvolve, o que lhe confere uma notável coerência interna, pese a diversidade - e, reconheça-se, o desigual valor - dos textos publicados. Assim, encontramos aqui artigos sobre a cidadania e a representação no Império (Cristina Nogueira da Silva), a representação orgânica (António Manuel Hespánha), o conceito de representação no direito constitucional (J. J. Gomes Canotilho), a iconografia parlamentar (Paulo Jorge Fernandes), a instituição castrense e a representação política liberal (Luís Salgado de Matos), os juristas e a representação (Fátima Moura Ferreira), os médicos e a saúde pública no Parlamento (Rita Garnel), os partidos e a representação no liberalismo português (Fernando Farelo Lopes), europeu (Raffaele Romanelli), espanhol (Carlos Dardé Morales) e brasileiro (Keila Grinberg).

Em termos cronológicos, o âmbito diacrónico de análise abrange, como se vê, um período mais vasto do que o da Primeira República, situando-se os diversos textos no espaço e no tempo do liberalismo português, de 1820 a 1926. Por outro lado, procuraram-se esclarecer confluências ou dissidências com o que ocorria noutros lugares, com destaque para o Brasil e para Espanha. O resultado final foi um livro de invulgar qualidade científica que, sem dúvida, ficará como obra marcante, de referência e detentora de indiscutível perenidade.

Num cômputo global, se a perspectiva dominante é histórica, toda a obra é atravessada por uma abordagem que poderíamos, por comodidade de expressão, designar de "conceptual". É que, mesmo sem trilharem os caminhos da *Begriffsgeschichte*, os diversos autores seguiram, salvo exceções pontualíssimas, o "guião" traçado pelos coordenadores, o qual, como se disse, assentava em dois pilares mnemónicos: cidadania e representação. Tal "guião" é como que preanunciado nos ensaios com que o livro abre: "Em nome da Nação", de Fernando Catroga, e "Eleitores, votos e representantes", de Pedro Tavares de Almeida.

Sob o manto aglutinador da História - e o horizonte da historicidade nunca se perde nas mais de trezentas páginas que compõem o volume -, os textos oscilam entre um pólo, por assim dizer, mais "filosófico" e reflexivo e outro mais próximo de uma aproximação afim da ciência política, de pendor

mais "empírico". Numa simplificação naturalmente redutora, Fernando Catroga protagoniza a primeira linha, na esteira de anteriores estudos dedicados ao republicanismo, à laicidade ou à "religião civil", e Pedro Tavares de Almeida privilegia o segundo enfoque, que já havia marcado os seus trabalhos sobre partidos, elites, caciquismo, eleições e representação.

A representação política liberal foi construída conceptualmente em torno de dicotomias, que Fernando Catroga apreende e descreve de forma admirável: *physis* e *nomos*, representantes e representados, poder constituinte e poder constituído. Pese o facto de nos situarmos no domínio da esfera "pública" da *polis*, importa, no entanto, não perder de vista o valor, também ele "político", da esfera "privada" do *oikos*, já que, na lição de Hannah Arendt, a génese do totalitarismo reside justamente na diluição das fronteiras entre esses dois espaços. Além disso, situando-se hoje o ideal de "bem viver" (*eu zeen*) cada vez mais no âmbito do espaço privado, será talvez essa a *fons et origo* dos "défices de cidadania" que caracterizam o nosso tempo. A contraposição entre a "liberdade dos antigos" e a "liberdade dos modernos", explorada no celeberrimo texto de Constant que pálidamente ecoa nos dois conceitos de liberdade de Isaiah Berlin, afigura-se como um momento fundamental - e fundante - do liberalismo moderno. E como salutar barreira contra a "tirania da cidadania" que encontramos em algumas versões do civismo militante, mas antiliberal. Tal tirania pode surgir quase sempre ordenada à prossecução de valores meta-subjectivos, como o jacobinismo ou o nacionalismo autoritário bem demonstram, o que evidencia que uma certa *radicalidade do eu* ainda é o melhor antídoto com vista à preservação da democracia, tal como a conhecemos na sua feição "liberal". Questão que permanece em aberto é a de saber se, nos nossos dias, o individualismo não foi extremado a tal ponto que as revisitações contemporâneas do projecto republicano, assentes num ideal de participativismo activo, exigente e quotidianamente interpelante, são ainda exequíveis. Se tal suceder, a rememoração dos diversos republicanismos - da antiga Roma à Florença renascentista - possuirá, decerto, valor histórico ou nostálgico, mas será de duvidosa praticabilidade no plano político ou, melhor, da cultura cívico-política. *Avirtú* republicana não pode ser imposta "de cima". À semelhança de crenças de outro jaez (como a fé religiosa), o civismo implica sempre um momento de adesão individual, sendo esse momento muito mais relevante do que os "momentos" que Pocock descortinou nos *Discorsi* de Maquiavel. Talvez tenhamos de nos conformar com o facto de tópicos como *pro patria mori* pertencerem definitivamente ao passado, o que implica um esforço de reinvenção do republicanismo que alguns autores, como Habermas, vêm empreendendo num plano que, impõe-se reconhecê-lo, ainda é puramente teorético, já que se não vislumbram sinais de um "patriotismo consti-

tucional" vivido, cultivado e praticado nos buliçosos tempos do mundo do nosso tempo.

Num livro notável sobre o conceito de representação, Pitkin mostrou que esta não se pode cingir - de modo algum! - à ideia, avançada por Mirabeau, segundo a qual o Parlamento deveria ser o "espelho da nação", ideia para mais utópica nas sociedades contemporâneas, fragmentadas num pluralismo cujos limites se desconhecem. Mas, sendo assim, que lugar reservar ao Parlamento enquanto espaço privilegiado de cumprimento do mandato representativo? A dúvida adensa-se se tivermos presente as condições de selecção e recrutamento dos deputados. Já não as que radicam no plano dos princípios mas aquelas que decorrem de uma análise realista, pragmática e empiricamente sustentada, como a que Pedro Tavares de Almeida nos oferece no seu texto "Eleitores, votos e representantes". A comprovação histórica de fenómenos como o caciquismo, a escassez da participação, as irregularidades do sufrágio ou as manipulações do desenho dos círculos introduz, inquestionavelmente, um elemento des-legitimador para todos quantos almejam a uma "republicanização da soberania nacional" (F. Catroga). Com a agravante de a severidade deste juízo se manter nos nossos dias, não se vislumbrando alternativas político-constitucionais susceptíveis de alicerçarem uma re-legitimação institucional feita à margem dos desejos, dos interesses e da vontade cívica dos membros da *polis*. As suspeições outrora lançadas sobre o presidencialismo não perderam por inteiro a sua razão de ser. A que acresce o facto de também em regime presidencialista se poderem verificar os vícios atrás descritos, a que outros se juntariam, mormente o de uma personalização do poder que, levada ao extremo, sempre poria em causa os frágeis equilíbrios em que assenta um sistema político cuja democraticidade nunca devemos ter por inteiramente adquirida - ou irreversivelmente consolidada.

Tal não significa ressuscitar o espectro da ditadura, até porque os constituintes de 1976 foram suficientemente avisados para escutar os alertas de Bentham sobre os riscos de reeleições sucessivas. A História do século XX português demonstrou, em todo o caso, que a lição de Bentham nem sempre foi escutada. E poderá demonstrar que, mesmo sendo a renovação dos titulares dos cargos objecto de consagração formal, sempre existem expedientes e artifícios que permitem converter em "eterno" o que, por imperativo republicano, se desejava efémero ou transitório.

Há que contar, por outro lado, com riscos decorrentes de uma recuperação velada do organicismo e das suas traduções políticas. Não é por acaso que, na última linha do seu artigo, António Manuel Hespanha não descarta em absoluto essa hipótese. A representação orgânica, pese não estar consagrada na arquitectura constitucional da nossa democracia, emerge sob diversas

formas, as quais permanecem vivas e actuates - sendo até saudadas por alguns sectores como expressão mais "autêntica" da realidade do país, da sua identidade histórica ou da pluralidade dos seus modos de vida. As teses sobre o "neocorporativismo" fizeram curso nas academias, há alguns anos, mesmo quando destituídas de quaisquer propósitos laudatórios. Hoje, passaram de moda. A realidade que retratavam, todavia, subsiste intocada. E pese o facto de, como salienta Gomes Canotilho, a lei fundamental de 1976 ter "solucionado" a questão da representação, os riscos de um regresso larvar ao organicismo não estão por completo afastados dos nossos horizontes.

Há, pois, que aprofundar o esforço de salvaguarda da *Res Publica*, o que implica bem mais do que tecer inconsequentes laudas ao *Verfassungspatriotismus*. Num plano muito prático, e sem quaisquer intuítos de restaurar o conceito medievo de que Kantorowicz se ocupou, poder-se-ia, por exemplo, ponderar as vantagens da instituição de um serviço cívico obrigatório, numa linha que foi preconizada noutras paragens por autores como Luc Ferry. E se tal imposição pode parecer "arcaica" ou "reaccionária" para alguns sectores, importa relembrar-lhes que a tivemos logo após a revolução de Abril.

Encerrando esta breve nota, dir-se-á que muitos sinais apontam para uma necessidade de reinvenção do republicanismo, agora porventura a uma escala que transcende os artificiais limites com que no passado erigimos os Estados-nação. Para dar resposta a essa necessidade, é imprescindível um maquiavélico *ridurre ai principi*, para o que se afigura essencial uma redescoberta cívica do passado, tal como empreendida no presente livro. *Res Publica*, obra coordenada por Fernando Catroga e Pedro Tavares de Almeida, é um livro republicano, pelo pretexto que o fez nascer e pelo eixo primordial em torno do qual se desenvolve. Mas também pelas potencialidades cívicas que desperta. Até por isso, se aconselha vivamente a sua leitura.

António Araújo